



ESCREVIVÊNCIAS E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO E DO SEXISMO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

Gisele dos Santos da Hora Werneck¹

Nuria Malajovich Munoz²

RESUMO: O artigo discute os impactos subjetivos do racismo e do sexismo em mulheres negras, analisando estratégias de cuidado desenvolvidas em um ambulatório de saúde mental e em um grupo narrativo ligado à uma extensão universitária. Fundamentado na psicanálise, nas teorias interseccionais e na metodologia das escritas, o estudo busca compreender como essas opressões atravessam a constituição subjetiva e influenciam a elaboração do sofrimento psíquico. A partir de relatos clínicos, evidencia-se que experiências de discriminação racial e de gênero afetam sentimentos de pertencimento, autoestima e reconhecimento social. Os casos apresentados demonstram a importância de uma escuta clínica sensível às dimensões históricas e sociais do sofrimento, capaz de favorecer processos de nomeação, elaboração e ressignificação das vivências opressivas. Os resultados indicam que a articulação entre psicanálise, escrita e interseccionalidade contribui para a construção de práticas de cuidado que reconhecem as especificidades das experiências de mulheres negras, promovendo espaços de fala, resistência e produção de novos sentidos sobre suas trajetórias. Conclui-se que o enfrentamento do racismo e do sexismo na clínica exige uma postura ética comprometida com a singularidade dos sujeitos e com a não reprodução das desigualdades presentes na sociedade.

Palavras-chave: racismo; sexismo; psicanálise; escritas; mulheres.

ESCREVIVENCIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE ESTRATEGIAS PARA AFRONTAR EL RACISMO Y EL SEXISMO EN LA CLÍNICA PSICOANALÍTICA

RESUMEN: El artículo analiza los impactos subjetivos del racismo y del sexismo en mujeres negras, examinando las estrategias de cuidado desarrolladas en un servicio ambulatorio de salud mental y en

¹ Mestre em saúde mental e atenção psicossocial MEPSSO- IPUB/UFRJ. E-mail: horagisele@gmail.com; ORCID: 0009-0007-3284-459X.

² Doutora em teoria psicanalítica IP/UFRJ. E-mail: nuria.malajovich@ipub.ufrj.br. ORCID: 0000-0003-3872-818X.



un grupo narrativo vinculado a un programa de extensión universitaria. Basado en el psicoanálisis, las teorías interseccionales y la metodología de las *escrevivencias*, el estudio busca comprender cómo estas formas de opresión atraviesan la constitución subjetiva e influyen en la elaboración del sufrimiento psíquico. A partir de relatos clínicos, se evidencia que las experiencias de discriminación racial y de género afectan los sentimientos de pertenencia, la autoestima y el reconocimiento social. Los casos presentados demuestran la importancia de una escucha clínica sensible a las dimensiones históricas y sociales del sufrimiento, capaz de favorecer procesos de nominación, elaboración y resignificación de las vivencias opresivas. Los resultados indican que la articulación entre el psicoanálisis, las *escrevivencias* y la interseccionalidad contribuye a la construcción de prácticas de cuidado que reconocen las especificidades de las experiencias de las mujeres negras, promoviendo espacios de expresión, resistencia y producción de nuevos sentidos sobre sus trayectorias. Se concluye que el enfrentamiento del racismo y del sexismo en la clínica exige una postura ética comprometida con la singularidad de los sujetos y con la no reproducción de las desigualdades presentes en la sociedad.

Palabras clave: racismo; sexismo; psicoanálisis; *escrevivencias*; mujeres.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como ponto de partida experiências clínicas desenvolvidas em um ambulatório de saúde mental e na coordenação de um grupo de mulheres vinculado ao projeto de extensão *Diversas Narrativas e Produção de Cuidado em Saúde Mental*. Tais experiências constituíram campos de prática da Especialização em Clínica Psicanalítica do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ) e forneceram o contexto a partir do qual se construíram as reflexões apresentadas neste estudo. A *escrevivência* é tomada enquanto ferramenta metodológica e campo de produção de saber não hegemônico que possibilita a integração do testemunho da posição da analista em seu fazer clínico articulado à narrativa das mulheres atendidas, produzindo deslocamentos no campo epistêmico. Os entrecruzamentos das opressões racistas e sexistas atravessam a vivência de mulheres negras e provocam inquietações que serão desdobradas na interface da psicanálise com as teorias decoloniais e interseccionais. O artigo tem como objetivo descrever e discutir estratégias de cuidado e direção do manejo clínico realizado em atendimentos individuais e em um dispositivo grupal, evidenciando os



efeitos do silenciamento e apontando as possibilidades de nomeação do sofrimento encontradas. Oferecer uma escuta sensível às formas de apresentação de opressões na sociedade é fundamental para viabilizar construções de espaços que ampliem as condições de nomeação do sofrimento e combate às desigualdades.

O racismo como projeto social, político, estético perpetua-se por meio de mecanismos discursivos no laço social. Segregando corpos a partir da identificação com a narrativa da colonialidade, o racismo é uma tentativa de homogeneização que inferioriza, violenta e desqualifica corpos negros. O sexismo em sua relação com a raça faz recair sobre as mulheres também desqualificações referentes ao gênero. Contextualizar os efeitos do racismo e do sexismo sobre corpos femininos e negros a partir da psicanálise se opõe à homegeinização, ao apostar na via da equidade.

Os fragmentos clínicos retraçam o encontro de uma analista negra em formação e com os desafio do fazer clínico em sua não replicação dos modelos cisheteropatriarcais, atualizando violências e vulnerabilidades. Incluir a perspectiva interseccional, decolonial e crítica aos privilégios da branquitude é uma via para abrir a possibilidade de elaboração do trauma colonial e promover torções entre a fixação da experiência de violência e a abertura à ficcionalização de sua própria história. Ao abrir-se a essa via, o analista testemunha e acompanha as subversões promovidas por cada sujeito diante daquilo que o atravessa de modo singular, a cada vez.

Evaristo (2020) define as escrevivências como uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Uma escrita que surge de um sujeito em ação, que assume seu fazer, pensamento e reflexão, não de forma isolada, mas atravessada pelo coletivo. Mesmo quando narrada em primeira pessoa, a escrevivência dialoga com uma coletividade. É um ponto de interseção de histórias que se repetem não por acaso, mas como expressão de vivências coletivas e compartilháveis.



As ferramentas interseccionais reforçam os instrumentos de leitura ao permitir tomar racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado em sua inseparabilidade estrutural. Cabe ressaltar que esses mecanismos servem aos aparatos coloniais modernos, onde as relações de poder estão imbricadas provocando atenção política para aparatos assistenciais e jurídicos (Akotirene, 2019).

COLONIALIDADE E RACISMO

O Brasil, enquanto país marcado pela colonização, mantém até hoje os efeitos da colonialidade do ser, do poder, do saber e do gênero (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2008; Lugones, 2014). A escravização de pessoas negras por mais de três séculos constituiu uma sociabilidade e uma economia sustentadas pela violência racista, cujos desdobramentos permanecem presentes nas relações sociais contemporâneas (Vannuchi, 2017).

A matriz colonial de poder instituiu a raça como princípio de classificação social, associando traços fenotípicos e a cor da pele a hierarquias de humanidade. Nesse processo, a população negra foi desumanizada e reduzida à condição de objeto ou força de trabalho, enquanto a branquitude passou a ocupar a posição de referência de humanidade e poder (Quijano, 2005). Como observa Mbembe (2018a), a experiência colonial instaurou formas de exclusão e violência que contradiziam os ideais europeus de liberdade e igualdade. Na América, a ideia de raça tornou-se o principal mecanismo de legitimação das relações de dominação estabelecidas pela conquista (Quijano, 2005).

Após a abolição, a ausência de políticas de reparação manteve a população negra em condições de marginalização econômica e social. Segundo Sodré (2023), o racismo passou a operar menos como uma estrutura formal de Estado e mais como uma estratégia de hierarquização social, preservando privilégios historicamente



associados à branquitude. Ideologias eugenistas reforçaram a associação da população negra à vadiagem, à periculosidade e à incapacidade moral, contribuindo para a culpabilização dos sujeitos negros por sua própria condição social.

Esse processo foi acompanhado por estratégias de apagamento histórico e simbólico. Narrativas que minimizam a resistência negra invisibilizam os quilombos, os movimentos abolicionistas e outras formas coletivas de luta pela liberdade. O epistemicídio, entendido como a deslegitimação e eliminação dos saberes negros, integra esse projeto de apagamento (Carneiro, 2018). Sodré (2023) denomina esse movimento de “sociedade do encobrimento”, caracterizada pela construção de uma identidade nacional baseada na ocultação das violências constitutivas da história brasileira.

Nesse contexto, o mito da democracia racial desempenha papel central. Para Gonzalez (2020), a ideologia da miscigenação sustenta a crença de que o Brasil seria uma sociedade harmoniosa e livre de conflitos raciais. Tal narrativa desloca para os indivíduos negros a responsabilidade pelas desigualdades sociais, desconsiderando os efeitos históricos do racismo. Trata-se de um mecanismo de denegação que não elimina o racismo, mas o dissimula, fazendo com que ele retorne continuamente nas práticas sociais e institucionais.

A negação do racismo também se articula ao que Bento (2002) denomina pacto narcísico da branquitude: um acordo implícito de preservação de privilégios raciais e de recusa ao reconhecimento das desigualdades produzidas pelo racismo. Dessa forma, a branquitude mantém-se como posição social não nomeada, mas estruturante das relações de poder.

Guerra (2020) argumenta que o racismo brasileiro resulta de um projeto econômico, político, estético e discursivo que produz a desvalorização sistemática da existência negra. Nessa lógica, corpos negros são frequentemente considerados



descartáveis, processo que dialoga com a noção de necropolítica formulada por Mbembe (2018b), referente às formas pelas quais o Estado e as instituições definem quais vidas devem ser protegidas e quais podem ser expostas à morte e ao sofrimento.

Por fim, o racismo atravessa os processos identitários e subjetivos de pessoas negras e brancas, produzindo efeitos psíquicos e sociais duradouros. A herança da escravidão e da colonialidade continua a organizar identificações, desejos e formas de pertencimento, tornando necessárias transformações discursivas e políticas capazes de enfrentar as desigualdades históricas e seus impactos na subjetividade (Silva, 2017).

RACISMO E SEXISMO COMO MODULADORES DE SUBJETIVIDADES

Ao prefaciар *Peles negras, máscaras brancas*, Kilomba (2021) discute os mecanismos de existência e ausência, argumentando que o poder da branquitude opera tornando ausente aquilo que existe. Ao naturalizar a exclusão de pessoas negras de determinados espaços, produz-se uma norma que transforma a segregação em verdade universal. Para Munanga (2017), tanto a raça quanto o racismo pertencem a uma estrutura imaginária que produz simulacros e fixa afetos. O negro torna-se um ponto de fixação para projeções e fantasias racistas, ocupando o lugar da alteridade radical. Nessa mesma direção, Kilomba (2019) afirma que o racismo projeta no sujeito negro tudo aquilo que a branquitude rejeita em si mesma, produzindo uma imagem de incompletude e dessemelhança.

Fanon (2020) demonstra como o olhar racista aprisiona o sujeito em categorias rígidas de existência: “O branco está encerrado em sua brancura. O negro, em sua negrura” (p. 130). O racismo constitui, assim, uma atualização permanente do trauma colonial e uma ferramenta de manutenção da colonialidade, entendida como



um regime de poder produtor de subjetividades (Santos, 2020). Como destaca Silva (2017), seus efeitos ultrapassam as vítimas diretas, comprometendo as relações sociais, produzindo sofrimento e aprofundando desigualdades.

Pensar os efeitos subjetivos do racismo a partir da psicanálise implica reconhecer a importância da memória e da elaboração. Recordar permite situar os acontecimentos em uma temporalidade, favorecendo processos de separação e transformação, enquanto a repetição atualiza o trauma no presente, mantendo-o ativo na experiência subjetiva (Silva, 2017). Nesse sentido, Gonzalez (2020) identifica na sociedade brasileira uma paixão pela ignorância que sustenta o racismo como sintoma da neurose cultural nacional. Ao propor a dialética entre memória e consciência, a autora evidencia que aquilo que foi historicamente silenciado retorna nos discursos e práticas sociais.

A partir dessa leitura, Ambra (2020) compreende o racismo brasileiro como uma forma de denegação (*Verneinung*), conceito freudiano que designa a admissão de um conteúdo recalcado sem seu efetivo reconhecimento. O mito da democracia racial opera justamente por esse mecanismo: nega-se a existência do racismo ao mesmo tempo em que se negam as experiências daqueles que o denunciam. Gonzalez (2020) demonstra que a exaltação da miscigenação ocultou a violência sexual perpetrada contra mulheres negras durante a colonização, convertendo-a em elemento constitutivo da identidade nacional. Expressões cotidianas como “clarear a família” ou a valorização de traços embranquecidos revelam a persistência dessas hierarquias raciais.

É nesse contexto que Gonzalez (2020) afirma que a desigualdade racial e a desigualdade sexual são inseparáveis nas sociedades latino-americanas. Mulheres negras vivenciam uma condição de dupla discriminação produzida pela articulação entre racismo e sexismo, ocupando posições particularmente vulneráveis nas



estruturas sociais. Kilomba (2019) sintetiza essa condição ao afirmar que a mulher negra é frequentemente constituída como “o Outro do Outro”.

O racismo, em sua articulação com o sexismo, opera na dimensão da repetição. Conforme Freud (1914/1996), aquilo que não pode ser recordado e elaborado tende a ser atuado. A dificuldade coletiva de confrontar a violência da escravidão e da colonização contribui para a atualização contínua dessas formas de opressão. De modo semelhante, o patriarcado e a misoginia sustentam relações de poder que inferiorizam as mulheres, restringem sua autonomia e legitimam múltiplas formas de violência física e simbólica.

Contudo, raça, gênero e classe não atuam de forma isolada. A interseccionalidade, formulada por Crenshaw e desenvolvida por autoras como Akotirene (2019), Collins e Bilge (2021), permite compreender a inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Trata-se de uma ferramenta analítica e política que evidencia como diferentes sistemas de dominação se articulam na produção de desigualdades e sofrimentos específicos. Para Gonzalez (2020), a mulher negra ocupa uma posição marcada pela sobreposição dessas formas de opressão, tornando-se simultaneamente a mais explorada e a mais vulnerabilizada nas hierarquias sociais brasileiras.

Além de possibilitar a compreensão dessas dinâmicas, a perspectiva interseccional contribui para a formulação de estratégias de cuidado e políticas públicas mais equânimes, como exemplifica a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra ao reconhecer o racismo como determinante social da saúde. Collins (2022), ao dialogar com Anzaldúa, ressalta ainda que os espaços de fronteira produzidos por múltiplas pertencas podem constituir lugares de elaboração, resistência e criação de novas formas de existência. Sob essa perspectiva, as lentes interseccionais permitem compreender de modo mais amplo como racismo e



misoginia atravessam os processos de subjetivação das mulheres negras, orientando tanto a produção do sofrimento quanto as possibilidades de sua elaboração singular e coletiva.

METODOLOGIA

Esta pesquisa articula a metodologia das escrevivências à psicanálise, buscando ampliar a discussão epistemológica, testemunhal e política sobre os efeitos subjetivos do racismo e do sexismo. A escrevivência, formulada por Conceição Evaristo, parte da centralidade da experiência vivida e da memória de sujeitos historicamente silenciados, transformando a narrativa em ato de resistência e produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, desloca o foco do indivíduo isolado para uma dimensão coletiva da experiência negra.

Essa perspectiva dialoga com a pesquisa psicanalítica, que, conforme Santos (2020), toma as implicações subjetivas como matéria de investigação, recusando a separação rígida entre sujeito e objeto. Nessa direção, Kilomba (2019) destaca a importância de situar os discursos nos lugares de onde são enunciados, incluindo perspectivas historicamente excluídas da produção acadêmica.

As vinhetas clínicas apresentadas consistem em recortes de duas experiências desenvolvidas no campo prático da Especialização em Clínica Psicanalítica do IPUB-UFRJ: o acompanhamento individual de uma estudante universitária, identificada pelo nome fictício de Suri, e a coordenação de um grupo de mulheres com encontros semanais ao longo de um ano como prática extensionista do projeto Diversas.

Por meio desses relatos, busca-se resgatar vozes e experiências frequentemente silenciadas pelo discurso dominante, evidenciando como racismo e sexismo atravessam o sofrimento psíquico e as práticas de cuidado em saúde mental.



Trata-se de demonstrar de que modo a psicanálise pode implicar-se nas questões produzidas pelo entrecruzamento dessas formas de opressão, contribuindo não apenas para sua denúncia, mas também para a construção de estratégias clínicas capazes de produzir deslocamentos subjetivos e enfrentar lógicas de segregação presentes no cotidiano institucional.

Enquanto ferramenta epistemológica, a escrevivência contribui para o enfrentamento do racismo estrutural e institucional ao conferir centralidade aos saberes produzidos a partir da experiência negra (Santos, 2022). Como destaca Bispo (2023), sua potência reside em articular experiência, memória e produção de conhecimento sem dissociar elaboração intelectual e vida vivida, situando mulheres negras como sujeitos de saber e não como objetos de investigação.

A aproximação entre escrevivência e psicanálise ocorre justamente na aposta de que o sujeito possa dizer de si a partir de sua singularidade. Ambas reconhecem que a elaboração da experiência se produz nos ditos, nos não ditos e nos impasses da linguagem, sem garantias prévias de superação das opressões que atravessam a vida social. Nesse sentido, a escrita torna-se uma forma de inscrição subjetiva e coletiva no mundo, autorizando a emergência de narrativas historicamente silenciadas.

Como afirma Kilomba (2019), escrever é também um gesto de posicionamento político:

“Eu como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem a minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar onde eu estou autorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade” (Kilomba, 2019, p. 59).

É a partir dessa perspectiva que as vinhetas clínicas serão apresentadas, não como ilustrações de conceitos previamente estabelecidos, mas como narrativas capazes de produzir conhecimento sobre as formas pelas quais racismo e sexismo incidem na constituição subjetiva de mulheres negras e nos modos de elaboração desse sofrimento.



VINHETAS CLÍNICAS: uma mulher de fora

Suri é uma mulher negra, jovem, nordestina, doutoranda de uma universidade pública. Refere experimentar uma desqualificação sistemática no ambiente acadêmico, sobretudo por seu orientador de pesquisa. Tendo em vista a enorme disparidade social e econômica que a diferencia de seus colegas, sente-se permanentemente divergente, sem lugar. Ela chega aos atendimentos em grande sofrimento, que deriva da dificuldade em elaborar a perda do ideal ligado à universidade que sonhava cursar. Ao mesmo tempo, vive uma distância não só geográfica, mas também afetiva, em relação às mulheres de sua família. Não tem para onde ir, tampouco para onde voltar.

Apesar de se ver à deriva, Suri consente em navegar no trabalho analítico. Aos poucos, situa o que se constitui para ela como uma primeira tentativa frustrada de lidar com o não pertencimento: procurar vestir-se e comportar-se como as pessoas que admira. As posturas elitistas e as falas racistas a fazem, entretanto, compreender rapidamente que essas colocações se dirigiam a ela. Diante dessa constatação, ela emudece, ficando impossibilitada de rebater.

A postura ambivalente do orientador, que ora a desqualifica, ora a impede de desistir do doutorado, lhe causa muita angústia: não se sente pertencente, mas também não se sente excluída. Em um segundo momento, as desqualificações, antes tomadas de forma devastadora, passam a ser consideradas criticamente à luz das questões sociais que se interseccionam em tudo o que ela representa: mulher, preta, pobre e nordestina.

Ela passa, então, a se repudiar por ter sentido vontade de “ser como eles”. Nesse momento, a analista intervém, pontuando que alunos admiram professores e mestres e que a proximidade a fez perceber outra coisa. Esse tempo, marcado por



faltas, indica a presença de resistência no trabalho analítico. Evitando aproximar-se do que sente, Suri recua. A analista sustenta a aposta e segue convidando-a a falar.

Dizer de sua condição de mulher negra em uma universidade elitista é a ponte para que ela consiga colocar que a analista deve saber sobre o que ela está falando, posto que estão em um ambulatório universitário e, tal como ela, a analista também é uma mulher negra, supondo tratar-se de uma mulher pobre. Coloca ainda que querem que “as pessoas como nós sejam fortes o tempo todo”. A analista interroga: “Pessoas como nós?”. Ela responde: “Sim, negros”.

Relembra, então, uma fala de sua mãe sobre os desafios das mulheres negras que ocupam espaços ainda não garantidos. A partir desse ponto, a perspectiva se desloca e Suri consegue distanciar-se do que se passa em sua vida acadêmica e dos comentários de seu orientador: “embora fosse sobre mim, aquilo não era meu”.

No atendimento individual, a frase “como nós” foi rapidamente capturada pela atenção flutuante que até então se estabelecia ali. Na supervisão clínica, a frase dita pela paciente foi abordada à luz das questões trazidas sobre o racismo e as desqualificações sofridas, deixando nítido algo da relação transferencial que se estabelecia.

A presença do outro, inicialmente vivida de forma ameaçadora e impositiva, parece ceder lugar ao compartilhamento da experiência e ao reconhecimento do corpo da analista como algo próximo e semelhante. E o que inicialmente se apresenta como identificação produz efeito oposto, traduzindo-se na via da coletivização.

A transferência, marcada inicialmente pela resistência, passa a incluir a analista a partir de uma experiência comum: serem mulheres negras na universidade. A indicação de Lacan (1958), de que o analista paga com a sua pessoa, emprestando-se como suporte aos fenômenos singulares de uma análise sob



transferência, serve como advertência para que a analista não recue do lugar assinalado na relação transferencial.

A tomada do racismo do ponto de vista coletivo, na perspectiva de “pessoas como nós”, pode então ganhar uma dimensão singular: é o uso que Suri faz desse recurso significativo na transferência que torna possível o trabalho. Para isso, foi fundamental acolher a direção de coletivização e inclusão da analista nas questões sociais, mas visando à possibilidade de implicação subjetiva e de singularização das questões que tocam esse sujeito.

Acolher o sofrimento e o modo como este pode ser narrado alinha-se ao compromisso ético de não silenciamento e de reconhecimento do racismo, destacando a forma singular como o mal-estar se apresenta em seu caso. A manobra analítica visa, então, subsidiar formas de nomear esse sofrimento sem reforçar a dimensão traumática causada pela maquinaria de poder em operação no racismo.

Respeitar a singularidade irreduzível do sujeito requer manter a relação analítica abstinente do exercício colonizante de poder. Retomar a história, atentar para aquilo que emerge em ato e irrompe na fala dos sujeitos configura-se, acima de tudo, como um dever ético. Não registrar o sofrimento e as marcas enraizadas do racismo constitui uma forma de violência e de descrédito diante da grandeza de uma história de quase quatro séculos de escravidão, esquecendo-nos de que contamos com pouco mais de um século de “liberdade”.

GRUPO DE MULHERES: política do cabelo e lugar de fala

Composto por jovens mulheres que fazem tratamento em saúde mental, o dispositivo coletivo integra uma ação extensionista desenvolvida em uma universidade pública. O projeto *Diversas Narrativas e Produção de Cuidado em Saúde Mental* tem por objetivo oferecer um espaço de promoção de cuidado em



saúde mental, a partir da aposta em uma escuta coletiva que privilegia o compartilhamento de narrativas como via para abrir caminhos à elaboração. Recolher e acolher as falas, compartilhar angústias e aflições constitui uma estratégia para que cada participante possa doar algo de si, contribuindo umas com as outras.

As participantes apresentadas neste fragmento clínico recebem nomes próprios fictícios, a fim de assegurar o anonimato e, ao mesmo tempo, promover a diferenciação entre elas.

Teresa, uma das participantes, conta sobre sua relação com a família. Diz sofrer racismo por parte da irmã, embora ambas sejam negras. Trata-se de uma família inter-racial: Teresa apresenta características físicas associadas ao fenótipo negro, enquanto sua irmã possui características indígenas. O cabelo aparece como marca da distinção, a partir de sua apresentação em uma textura mais ou menos crespa. A decisão de assumir um visual black causou incômodo na família, levando-a a receber orientações para alisar novamente o cabelo e, também, para penteá-lo.

Não é aleatório que a temática do cabelo tenha surgido no grupo, sendo ele um atributo que remete à ancestralidade. Kilomba (2019), ao discutir a política do cabelo, destaca a dimensão intolerável do olhar da branquitude sobre ele e a forma como o racismo se desvela em pequenos gestos e comentários. Fantasias da branquitude sobre sujeira, medo de contágio e falta de domesticação são amplamente difundidas no imaginário colonial relacionado à dominação dos corpos negros.

Isa, outra participante, relata desconforto ao ouvir o relato de Teresa. Conta que sua família também é “miscigenada” e, tomada pela vergonha, confessa ter se valido de suas características “mais brancas” para provocar a irmã negra, de cabelos crespos. Relata que passou muito tempo fazendo isso sem ser repreendida pelos pais e afirma ter problematizado essas atitudes apenas ao perceber-se, atualmente, como uma mulher negra de pele clara. Esse entendimento é recente e surgiu a partir de seu



contato com pessoas brancas, quando notou diferenças na forma como era tratada. Ao perceber-se tratada como negra, reconhece o quanto foi protegida por possuir a pele mais clara em comparação às pessoas de pele retinta.

Para Raquel, também, o cabelo foi determinante em sua percepção sobre o racismo. De pele clara e cabelo cacheado, afirma que a decisão de não alisar os fios modificou o olhar das pessoas sobre ela. Mari diz, então, que, embora estivesse gostando de ouvir a partilha das jovens, não se sentia autorizada a dizer nada, pois era branca e, como tal, não teria “lugar de fala” sobre o assunto.

Nesse momento, as coordenadoras do grupo entrevistaram, sinalizando ao coletivo uma contradição: um espaço que privilegia a fala de suas participantes poderia transformar-se em um lugar de não autorização à fala? O racismo desautoriza quem ousa nomeá-lo? Essa retificação foi fundamental para reafirmar a possibilidade de cada uma falar a partir de sua própria voz, evocando sua experiência a partir de seu lugar de enunciação.

Mari conta, então, episódios de racismo presenciados na universidade e em sua atuação como profissional da saúde. Narra que uma professora de anatomia, durante uma aula, estabeleceu uma correlação entre o “cabelo liso”, tomado como cabelo “normal”, e o cabelo crespo, associado à sujeira e considerado potencialmente mais propenso a doenças e ao aparecimento de escabiose e berne.

A partir desses recortes, emergem dimensões perversas do racismo em suas microagressões cotidianas e em suas distorções discursivas. Teresa diz que, embora se sinta atraída por homens negros, sempre se imaginou casada com um homem branco. Desde muito cedo, ouvia da avó que seria necessário casar-se com um homem branco para ter filhos bonitos e com “cabelo bom”.

Signo privilegiado da identidade negra e da afirmação política da consciência racial, o cabelo é, justamente por essa razão, alvo constante de ataques, tornando-se



marca de uma herança colonial violenta que visa controlar e apagar sinais da negritude. Por isso, pode ser considerado “o instrumento mais importante da consciência política entre africanos da diáspora” (Kilomba, 2019, p. 127). Bueno e Victora (2018) relatam experiências com coletivos de mulheres negras que apoiam a transição capilar como estratégia de construção de novas sensibilidades étnicas, apoiadas na convivência como espaço de produção de novas possibilidades de estar no mundo.

Questões relacionadas ao cabelo são particularmente importantes para mulheres negras, pois tocam profundamente sua autoestima. A maneira como uma mulher negra se apresenta passa, muitas vezes, por sua relação com o cabelo. Ouvir sobre essa temática no dispositivo grupal desencadeia uma série de questões ligadas ao feminino, ao racismo e às relações entre mulheres, sobretudo no âmbito familiar.

Mari reconhece sua condição de privilégio branco e aponta o quanto sua geração parece mais sensibilizada para perceber a persistência do racismo em nossa cultura e seu frequente não reconhecimento social. Interrogamos, então, de que maneira os psicanalistas podem aprender com as novas gerações e se implicar diante da segregação e do racismo, fazendo a psicanálise avançar no enfrentamento do sofrimento social.

Marcado pela coletivização de narrativas, o grupo é composto por mulheres diversas. Idade, classe social e raça são marcadores distintivos presentes, considerados e ressaltados pelas participantes, que frequentemente questionam seu “lugar de fala”. A retificação proposta não diz respeito a quem pode falar, mas ao lugar de onde se fala, circunscrevendo uma localização geopolítica (Ribeiro, 2017). Nesse sentido, reafirmar a possibilidade de cada uma falar a partir de sua própria voz, evocando sua experiência desde seu lugar de enunciação, promove deslocamentos e retificações subjetivas.



O coletivo possui, em nossa perspectiva, uma função estratégica ao constituir-se como formação grupal que não se pauta pelo universal e insiste na singularidade de suas participantes. Compartilhar o testemunho pode, assim, introduzir a perspectiva de um dizer único, pois, ainda que determinadas experiências se repitam, o modo de enunciação e os efeitos produzidos por cada sujeito permanecem singulares. Ao mesmo tempo, trata-se de abrir espaço para o indizível, aquilo que escapa ao campo das representações, mas comparece quando a palavra é tomada.

Spivak (2010) dá especial destaque à mulher subalterna como aquela que ocupa uma posição ainda mais periférica e silenciada pelas opressões relacionadas ao gênero, enquanto a mulher negra se encontra duplamente obliterada nos itinerários dos sujeitos subalternos da colonialidade. Não se trata de afirmar que a mulher subalterna não possa falar: trata-se, antes, de reconhecer que, mesmo quando essas mulheres se dispõem ao ato de fala, frequentemente não encontram meios de serem ouvidas, uma vez que suas vozes são mediadas e apropriadas por aqueles que supostamente falam em seu nome.

Racismo e sexismo impactam os discursos das mulheres negras e as soluções encontradas por elas para elaborar as violências experimentadas. O trabalho de rememoração e elaboração do racismo na experiência clínica pode instaurar uma separação, um ponto de descolamento das incidências opressivas que aprisionavam psiquicamente essas mulheres. O manejo clínico tem como direção operar movimentos entre as dimensões coletiva e singular, permitindo que cada participante localize pontos de impasse e a forma como o sofrimento repercute em sua história.

Como aponta Souza (2021), o cerne do trabalho consistiu em encontrar, junto a essas mulheres, meios para acolher o estrangeiro, de modo a afirmar “a alegria da diferença, verdadeiro antídoto a toda forma de racismo” (Souza, 2021, p. 129).



A partir da psicanálise, procuramos demonstrar como, no campo público, podemos abraçar a complexa tarefa de situar a branquitude e criar estratégias para lidar com seus enunciados, bem como com as tecnologias de poder que operam em nossa sociedade. Estar diante de mulheres marcadas pelos efeitos deletérios do racismo, do sexismo e do machismo exige não apenas a capacidade de escutar, mas também de ler demandas complexas, reconhecendo as múltiplas formas de apresentação que podem assumir. Fortalecer discursos não hegemônicos constitui condição fundamental para a construção de lugares de fala e de escuta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo descrever e discutir estratégias de cuidado e direções de manejo clínico diante dos efeitos do racismo e do sexismo na experiência de mulheres negras atendidas em um ambulatório de saúde mental e em um dispositivo grupal de cuidado. A partir da articulação entre psicanálise, escrevivência e perspectivas interseccionais, foi possível evidenciar como essas formas de opressão atravessam a constituição subjetiva, modulam experiências de pertencimento, reconhecimento e autoestima, e incidem diretamente sobre as possibilidades de elaboração do sofrimento.

As vinhetas clínicas apresentadas demonstraram que o racismo e o sexismo não se manifestam apenas como eventos isolados, mas como experiências reiteradas que atravessam as relações familiares, acadêmicas, institucionais e afetivas. Nesse contexto, a escuta clínica orientada por uma posição ética de reconhecimento dessas violências mostrou-se fundamental para favorecer processos de nomeação, elaboração e produção de novos sentidos acerca da própria história. Tanto no atendimento individual quanto no dispositivo grupal, observou-se que a possibilidade de compartilhar experiências e reconhecer a dimensão coletiva das opressões pode



constituir um importante ponto de apoio para que cada sujeito encontre formas singulares de se posicionar diante do sofrimento.

A metodologia das escritas revelou-se uma ferramenta potente para a produção de conhecimento situado, permitindo articular experiência, memória e prática clínica. Ao conferir centralidade às narrativas de mulheres negras e à posição implicada da pesquisadora, essa perspectiva contribui para deslocamentos epistemológicos que desafiam tradições universalizantes e ampliam a compreensão dos efeitos subjetivos da colonialidade, do racismo e do sexismo. Mais do que um recurso metodológico, a escrita apresentou-se como uma estratégia de resistência ao silenciamento histórico e de afirmação de saberes produzidos a partir de experiências frequentemente marginalizadas.

A psicanálise, enquanto prática comprometida com a singularidade e com a escuta da diferença, pode contribuir para o enfrentamento das formas de segregação presentes na sociedade contemporânea. Isso exige reconhecer que o sofrimento psíquico não se produz à margem das condições históricas e sociais, mas é atravessado por relações de poder que organizam lugares de pertencimento, exclusão e reconhecimento. Nessa direção, uma clínica implicada demanda atenção aos efeitos subjetivos do racismo e do sexismo, sem reduzir o sujeito às identidades que o atravessam nem ignorar as marcas produzidas por essas experiências.

Os achados aqui apresentados não pretendem ser generalizáveis, mas apontam para a importância de ampliar estudos e práticas voltadas à compreensão dos impactos das opressões interseccionadas na saúde mental. Também indicam a necessidade de fortalecer dispositivos clínicos e institucionais comprometidos com a equidade, capazes de acolher a complexidade das experiências de mulheres negras e de produzir condições para a emergência de narrativas historicamente silenciadas.



Por fim, sustenta-se que escutar as incidências do racismo e do sexismo no espaço clínico não significa apenas reconhecer a existência dessas violências, mas construir práticas de cuidado que não as reproduzam. Nesse sentido, a articulação entre psicanálise, escrivência e interseccionalidade configura uma importante ferramenta ética, clínica e política para a produção de cuidado em saúde mental, favorecendo a elaboração do sofrimento e a construção de novas possibilidades de existência para mulheres negras.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMBRA, Pedro. O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez. **Sig Revista de Psicanálise**, n. 14, p. 85-101, 2020. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2020/11/16/o-lugar-e-a-fala-a-psicanalise-contra-o-racismo-em-lelia-gonzalez>. Acesso em: 24 jun. 2026.

BENTO, Maria Aparecida S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514>. Acesso em: 12 set. 2024.

BISPO, Fábio Santos. Escrivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. XXVI, e273037, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/8syVs7ZYRZjXKzpfhpGNXdM/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 24 jun. 2026.



BUENO, Josiane; VICTORA, Ceres. Do que o nosso cabelo gosta: corporalidade e ativismo negro no discurso das Gúrias Crespas e Cacheadas. **Interseções**, v. 20, n. 1, p. 220-235, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Intelectualidades negras brasileiras**. São Paulo: Zahar, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima Duarte; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência**: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Raquel Camargo e Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FREUD, Sigmund. **Recordar, repetir e elaborar** (1914). In: _____. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12, p. 159-172.

FREUD, Sigmund. **A negativa** (1925). In: _____. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19, p. 261-270.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Andréa Maris Campos. O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. **Revista Subjetividades**, v. 20, n. esp. 2, e9547, 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e9547>. Acesso em: 24 jun. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios do seu poder (1958). In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591-652.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tábula Rasa**, n. 9, p. 73–101, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 24 jun. 2026.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MUNANGA, Kabenguele. A Ambiguidade do Racismo à Brasileira In: KON, Noemi Moritz et al. (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 117–142.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Cristiane; MOLLICA, Mariana; CELEN, Tainá. Outros modos de conhecimento: a escrevivência e o testemunho. In: GUERRA, Andréa Máris Campos; BISPO, Fábio Santos (orgs.). **Ocupar a psicanálise**: por uma clínica antirracista e decolonial. São Paulo: N-1 Edições, 2023. p. 207–221.

ROSA, Miriam Debieux. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 41, 2011/2012. Disponível em: <http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2026.

ROSA, Miriam Debieux. Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e242179, 2022. DOI:



10.1590/1982-3703003242179. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/7q4Ww8JH4qvVfV7r3vM4q8Q/>. Acesso em: 24 jun. 2026.

SANTOS, Kwame. Relações raciais: uma questão para psicanálise? **Porto Arte: Revista de Artes Visuais**, p. 25-44, 2020. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/view/109897>. Acesso em: 24 jun. 2026.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, Noemi Moritz et al. (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 71-89.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. O estrangeiro: nossa condição. In: _____. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 121-130.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VANUCHI, Maria Beatriz. A violência Nossa de Cada Dia: O Racismo à Brasileira. In: KON, Noemi Moritz et al. (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

Submetido em: 29 de abril de 2026.

Aceito em: 26 de junho de 2026.